



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 355/2021, de 14 de julho de 2021.

Regulamenta os incisos IV e VII da Lei nº 945/2021, de 30 de junho de 2021, que concede isenção de IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano aos respectivos beneficiários, desde que atendidos os demais requisitos da respectiva Lei

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI Nº 945/2021, DE 30 DE JUNHO DE 2021,

R E S O L V E:

Art. 1º Regulamentar a Lei nº 945/2021, de 30 de junho de 2021, que concede o benefício fiscal de isenção do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, nos termos da respectiva Lei.

Art. 2º Os pedidos dos possíveis candidatos, enquadrados no Inciso IV da Lei Municipal nº 945/2021, ao benefício fiscal previsto para o IPTU, deverão protocolar seu pedido através do Protocolo Online, no link: <https://medianeira.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5> ou dirigir-se ao Departamento de Protocolo, situado no andar térreo, ala oeste, do Paço Municipal José Della Pasqua, munido de no mínimo a seguinte documentação:

- a) Certidão do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Medianeira, referente aos imóveis que o contribuinte possui na Comarca de Medianeira, sendo obrigatória a referida Certidão, nos seguintes casos:
 - a. Para todos os contribuintes que requererem o benefício para o IPTU do Exercício 2022;
 - b. Nos próximos exercícios, para o contribuinte que fazer a primeira solicitação; e
 - c. Quando requerida pelo Fisco.
- b) Matrícula Atualizada do Imóvel;
- c) Espelho do Cadastro Imobiliário e/ou Carnê de IPTU;
- d) RG e CPF;
- e) Laudo Médico, atualizado, atestando que o proprietário do imóvel é portador de deficiência física. (este item não se aplica à solicitação de isenção à pessoa idosa); e
- f) Fatura de consumo de energia elétrica, com data de emissão inferior à 60 (sessenta) dias, na qual conste que o proprietário seja beneficiário do Programa Tarifa Social de Energia Elétrica do Governo Federal ou do Programa Luz Fraterna do Governo do Estado do Paraná.

Parágrafo único. O prazo para o protocolo do pedido será de 1º de agosto à 30 de novembro, do exercício anterior do lançamento do IPTU, os pedidos realizados fora do prazo serão indeferidos, sem resolução de mérito por decurso do prazo.



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

ESTADO DO PARANÁ

Art. 3º Os pedidos dos possíveis candidatos, enquadrados no Inciso VII da Lei Municipal nº 945/2021, ao benefício fiscal previsto para o IPTU, deverão protocolar seu pedido através do Protocolo Online, no link: <https://medianeira.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5> ou dirigir-se ao Departamento de Protocolo, situado no andar térreo, ala oeste, do Paço Municipal José Della Pasqua, munido de no mínimo a seguinte documentação:

- a) Certidão do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Medianeira, referente aos imóveis que o contribuinte possui na Comarca de Medianeira, sendo obrigatória a referida Certidão, nos seguintes casos:
 - a. Para todos os contribuintes que requererem o benefício para o IPTU do Exercício 2022;
 - b. Nos próximos exercícios, para o contribuinte que fazer a primeira solicitação; e
 - c. Quando requerida pelo Fisco.
- b) Matrícula Atualizada do Imóvel;
- c) Espelho do Cadastro Imobiliário e/ou Carnê de IPTU;
- d) RG e CPF;
- e) Laudo Médico, atualizado, atestando que o proprietário do imóvel é portador de uma das seguintes doenças:
 - a. Neoplasia maligna;
 - b. Esclerose múltipla;
 - c. Nefropatia grave;
 - d. Espondiloartrose Anquilosante;
 - e. Síndrome da deficiência imunológica adquirida (aids);
 - f. Mal de Parkinson;
 - g. Cardiopatia grave;
 - h. Estado avançado de doença de Paget (osteíte deformante); e
- f) Fatura de consumo de energia elétrica, com data de emissão inferior à 60 (sessenta) dias, na qual conste que o proprietário seja beneficiário do Programa Tarifa Social de Energia Elétrica do Governo Federal ou do Programa Luz Fraterna do Governo do Estado do Paraná.

Parágrafo único. O prazo para o protocolo do pedido será de 1º de agosto à 30 de novembro, do exercício anterior do lançamento do IPTU, os pedidos realizados fora do prazo serão indeferidos, sem resolução de mérito por decurso do prazo.

Art. 4º Em 1ª Instância os pedidos serão analisados por Comissão de Análise designada anualmente pelo Município, a qual emitirá sua decisão administrativa, exclusivamente pelo sistema de Protocolo Online, sendo de responsabilidade do contribuinte o acompanhamento do seu pedido junto ao sistema de Protocolo.

Art. 5º A partir da data da decisão administrativa emitida pela respectiva Comissão, fica facultado ao contribuinte apresentar recurso, devidamente fundamentado, no prazo de 30 (dias), nos termos dos Arts. 209 e seguintes do Código Tributário Municipal.



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

ESTADO DO PARANÁ

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal José Della Pasqua, Medianeira, 14 de julho de 2021.

Antônio França Benjamim
Prefeito

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração e Planejamento
Emenda à Lei Orgânica nº 022/2013

Marta Regiana Ribeiro Fracaro
Secretária de Finanças